

# ÍNDICE

|   |    |
|---|----|
| <i>Apresentação</i> .....   | 11 |
| 1. INTRODUÇÃO .....   | 15 |
| 1.1. Finalidade e objeto: a busca por um critério delimitador da responsabilidade por ato de improbidade, a partir do estudo da evolução do direito de punir no âmbito penal .....  | 15 |
| 2. REQUISITOS PARA A CONFIGURAÇÃO MATERIAL DO CRIME ...   | 25 |
| 2.1. Limitações constitucionais ao poder de punir: o Estado Democrático de Direito, o princípio da dignidade humana e o conteúdo ontológico do fato punível .....   | 25 |
| 2.2. A conceituação analítica da estrutura do crime: conceito bipartido   | 47 |
| 2.3. Elementos do fato típico e a teoria da imputação objetiva .....  | 52 |
| 2.4. Teorias do crime: o causalismo naturalista da doutrina clássica com sua concepção avalorada do fato, a corrente neokantista e a introdução do conteúdo ontológico na conduta, no finalismo e no pós-finalismo, e as modernas concepções funcionalistas ..... | 60 |
| 2.4.1. Sistema causal .....   | 60 |
| 2.4.2. Sistema neoclássico ou neokantista .....   | 64 |
| 2.4.3. Sistema finalista da ação .....  | 67 |
| 2.4.4. Teoria social da ação .....  | 72 |
| 2.4.5. Teoria constitucional do direito penal .....   | 77 |
| 2.4.6. Teoria funcional .....   | 80 |
| 2.5. Da conceituação do bem jurídico tutelado pela norma penal .....  | 90 |
| 3. TEORIAS DA CAUSALIDADE .....   | 95 |
| 3.1. A concepção filosófica e empírico-científica do nexos causal e o seu desenvolvimento na dogmática penal .....  | 95 |

|  |     |
|--|-----|
| 3.2. Nexo causal e os valores culturais na concepção de Miguel Reale e Goffredo Telles Júnior .....  | 104 |
| 3.3. Teoria da equivalência dos antecedentes — <i>conditio sine qua non</i> ...  | 109 |
| 3.4. Problemas não solucionados pela teoria da equivalência dos antecedentes .....   | 116 |
| 3.5. Teoria da causalidade adequada .....  | 119 |
| 3.6. Teoria da imputação objetiva .....  | 122 |
| 3.6.1. Considerações preliminares sobre a teoria da imputação objetiva no direito penal e sua função originária de contenção do dogma causal .....   | 122 |
| 3.6.2. Pressupostos filosóficos da imputação objetiva: Hegel, Lorenz e Honig. Do seu posterior desenvolvimento por Claus Roxin com base na ideia central do risco .....  | 128 |
| 3.6.3. Teoria da imputação objetiva: requisitos .....  | 150 |
| 3.6.3.1. CRIAÇÃO DE UM RISCO PROIBIDO (risco proibido = conduta socialmente inadequada + relevância do risco criado + significância da lesão + alteridade + proporcionalidade + necessidade e idoneidade + ofensividade + quebra do princípio da confiança + atuação no sentido da ofensa do bem jurídico) ..... | 154 |
| 3.6.3.2. Resultado dentro do âmbito de risco provocado pela conduta .....  | 168 |
| 3.6.4. Ampliação do conceito de imputação objetiva .....   | 170 |
| 4. TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA .....   | 173 |
| 4.1. Da natureza jurídica dos atos de improbidade administrativa .....   | 173 |
| 4.1.1. Da análise dos critérios empregados na determinação da natureza do ilícito .....  | 176 |
| 4.1.2. A equivalência entre a intensidade punitiva penal e por improbidade: ruptura do paradigma ilícito penal/ilícito extrapenal .....  | 186 |
| 4.1.3. A zona cinzenta na qual se encontram os atos de improbidade administrativa .....  | 194 |
| 4.2. Teoria da imputação objetiva e tipicidade dos atos de improbidade administrativa .....  | 220 |

|   |     |
|---|-----|
| 4.3. Bem jurídico sob o enfoque da teoria da imputação objetiva.....  | 232 |
| 4.3.1. Do “plexo” de princípios decorrentes do Estado Democrá-<br>tico de Direito .....                                 | 233 |
| 4.3.2. Dos princípios da administração.....   | 239 |
| 4.3.2.1. Princípio da legalidade .....  | 244 |
| 4.3.2.2. Princípio da impessoalidade .....  | 248 |
| 4.3.2.3. Princípio da moralidade .....  | 250 |
| 4.3.2.4. Princípio da publicidade .....   | 256 |
| 4.3.2.5. Princípio da eficiência.....   | 257 |
| 4.3.2.6. Outros princípios constantes do texto constitu-<br>cional e da legislação infraconstitucional.....             | 259 |
| 4.3.3. Improbidade administrativa .....   | 264 |
| 4.3.4. Bem jurídico tutelado .....  | 267 |
| 4.3.5. A natureza difusa do bem jurídico probidade administrativa..   | 274 |
| 4.4. Elementos configuradores do ato ímprobo sob o enfoque da teoria<br>da imputação objetiva .....                     | 281 |
| 4.4.1. Adequação típica e indeferimento da petição inicial .....  | 281 |
| 4.4.2. Dos atos de improbidade administrativa (arts. 9º, 10 e 11<br>da lei) .....                                       | 288 |
| 4.4.3. Sujeito ativo, passivo e o terceiro que concorre ou se bene-<br>ficia do ato de improbidade administrativa ..... | 294 |
| 4.4.4. Elemento subjetivo .....   | 296 |
| 4.4.5. Resultado nos atos de improbidade administrativa .....   | 309 |
| 4.4.6. Nexo causal .....  | 314 |
| 4.4.7. Da aplicabilidade da teoria da imputação objetiva nos atos<br>de improbidade administrativa.....                 | 314 |
| ARGUMENTAÇÃO CONCLUSIVA .....   | 335 |
| CONCLUSÃO.....  | 345 |
| <i>Referências bibliográficas</i> .....   | 347 |